



Crise política ajuda Costa e castiga Crisóstomo e Rui Rio



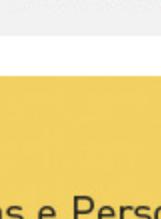
IVA da energia já pode descer a 1 de Julho



Lacerda bate com porta nos CTT em clima de contestação



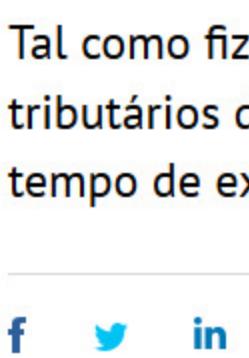
Bitcoin dispara mais de 11% e supera 7 mil dólares



Benfica valoriza 3% depois da vitória sobre o Rio Ave



PUB



António Pedro Braga

10 de maio de 2019 às 17:05

"No taxation without compensation!"

Tal como fizeram os colonos americanos quando clamaram contra os dislates tributários da Coroa britânica e se vê de novo em cartazes eleitorais, talvez seja tempo de exigir: "no taxation without (true) compensation!"

[f](#) [t](#) [in](#) [e-mail](#) [compartilhar](#) Ler mais tarde Imprimir Assine 1m€/1€

Nesta Idade Média do Contribuinte em que varmos submergindo mais e mais, não haverá muitos afloramentos tão característicos da "manus longa" do Estado totalitário-fiscal quanto a do instituto da compensação de créditos fiscais. A compensação de créditos, na sua raiz civilística, é um daqueles regimes legais tão intuitivos e, na sua essência, tão justos e consensuais que não carece de consagração legal para granjear reconhecimento universal. De facto, é inteiramente equitativo e de senso comum que, quando duas pessoas sejam reciprocamente credor e devedor, qualquer delas possa livrar-se da sua obrigação por meio de compensação com a obrigação do seu credor, desde que o seu crédito seja exigível judicialmente e as duas obrigações tenham por objecto dinheiro ou coisas fungíveis afins (artigo 847º do Código Civil). E tanto mais inquestionável será o direito à compensação quanto menos contestável for o direito de crédito a compensar, como é caso paradigmático o do crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado. Ora, isto observa-se no território neutro das relações interpessoais entre os cidadãos, mas não passa de uma quimera no mundo desigual das relações fiscais. Na verdade, a confirmação de um crédito fiscal por uma decisão de um tribunal de nada serve, "per se", para investir o sujeito passivo no direito de compensar esse crédito com dívidas que surgem todos os meses, como por exemplo acontece com o IVA das empresas. Assim, o princípio geral da compensação fiscal é o de que só pode ser efectuada mediante pedido ao dirigente máximo da administração tributária (!), quando a administração tributária esteja impedida de o fazer por sua iniciativa (artigo 90º do Código do Procedimento e Processo Tributário).

Não cabendo aqui dissecar este regime, interessa-nos sobretudo sublinhar a profunda contradição que encerra, da perspectiva da comparação dos interesses em jogo. Repare-se: os contribuintes já se confrontam como uma presunção de facto de que devem um imposto com o qual não concordam quando recebem uma liquidação tributária, pois só podem suspender a sua execução se contra ela reagirem e apresentarem garantia idónea (que há de cobrir não só o imposto como também um acréscimo de 25% para caucionar eventuais juros compensatórios). Este corolário i"n dubio pro fiscum", que não se filia em qualquer princípio constitucional ou legal, é uma evidente cedência ao princípio da eficácia da cobrança da receita fiscal e, na era dos direitos sociais de segunda e terceira geração, tem de se aceitar. O que não se comprehende é que, numa altura em que os contribuintes são chamados, como verdadeiros órgãos da administração tributária, a realizar as tarefas fiscais mais intrincadas (preenchimento e cálculo de declarações fiscais complexas, cumprimento de obrigações em matéria de preços de transferência, etc.), já não se lhes reconheça competência para computar o seu crédito em resultado de uma decisão judicial definitiva, e, por sua iniciativa e eventual comunicação à administração tributária, compensar quaisquer obrigações fiscais pecuniárias com esse crédito, sobretudo quando, em muitos casos, o respectivo pagamento tarda em chegar ou esbarra em pretextos insignificantes. Ou seja, ali o contribuinte é um ente de rara competência e diligência, mas aqui acha-se ainda na primeira infância.

Não podemos, pois, estar mais afastados da essência do contrato social numa matéria que é, ao mesmo tempo, tão despicienda do ponto de vista da receita (posto que as decisões judiciais terão sempre de ser executadas e os reembolsos em mora vencem juros) e tão importante do ponto de vista simbólico. Por isso, tal como fizeram os colonos americanos quando clamaram contra os dislates tributários da Coroa britânica e se vê de novo em cartazes eleitorais, talvez seja tempo de exigir: "no taxation without (true) compensation!"

Advogado fiscalista



PUB



PUB



PUB

Mais lidas

[+ Lidas](#) [+ Comentadas](#) [+ Partilhadas](#)

12.05.2019 Nos carros elétricos Portugal está no "club" dos mais ricos da Europa

12.05.2019 Berardo blindou obras de arte dos credores

12.05.2019 Surpresas positivas já valem tanto como o Novo Banco

12.05.2019 Trump volta à carga e avisa que acordo com a China no segundo mandato será "muito pior"

07:00 Lacerda bate com porta nos CTT em clima de contestação

08:00 Crise política ajuda Costa e castiga Crisóstomo e Rui Rio

12.05.2019 Como Berardo humilhou a República

12.05.2019 Partido Brexit lidera intenções de voto nas europeias no Reino Unido

Últimas notícias Negócios

10:30 Curt Custard: "Millennials' preocupam-se tanto com impacto social como com o retorno"

10:30 IVA da energia já pode descer a 1 de julho

10:15 Indemnizações às concessionárias somam 74 milhões

10:12 Benfica valoriza 3% depois da vitória sobre o Rio Ave

10:00 Curt Custard: Bancos centrais têm demasiada influência

09:52 Mais de 600 condutores multados por uso do telemóvel durante a condução

09:46 Pescadores concentram apanha da sardinha antes dos Santos Populares

09:44 Bitcoin dispara mais de 11% e supera 7 mil dólares

09:30 Trabalho independente tem a maior subida desde 2009

09:24 Abertura dos mercados: Tensões comerciais castigam bolsas e ataque a barcos sauditas impulsionam petróleo

VER MAIS

Artigo em conformidade com o antigo Acordo Ortográfico

[Partilhar no Facebook](#) [Partilhar no Twitter](#) [Partilhar no LinkedIn](#) [Partilhar no Google+](#)

O Negócios recomenda

EMPRESAS

Programa de fidelização da TAP ganhou um Freddie

Negócios

**EMPRESAS**

A ascensão meteórica do bilionário Len Blavatnik

Bloomberg

	Harvard Medical School	Brussels School of Governance at Oxford University	2018	62000
	Brussels School of Government at Oxford University	2020	115	
	Harvard University	2013	50	
	Tate Modern	2017	46	
	Skyscanner	2018	35	
	Tel Aviv University	2014	26	
	Object in Foreign Relations	2018	13	
	Mount Sinai Health System	2018	10	

EMPRESAS

Mapa: Os preços de venda das casas em todos os concelhos

Nuno Carregueiro

**WEEKEND**

Catarina Requeijo: "Vivemos hoje num mundo mais binário e estereotipado"

Lúcia Crespo, Sérgio Lemos - Fotografia

**EMPRESAS**

Vídeo em direto: Berardo explica créditos da Caixa no Parlamento

Negócios

**EMPRESAS**

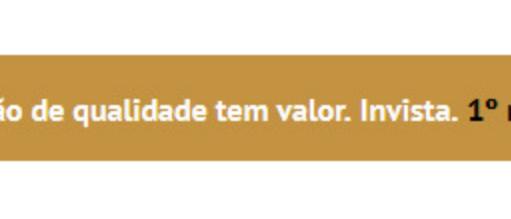
Rede de fibra da antiga PT não despertou interesse de empresas portuguesas

Sara Ribeiro

**PODE GOSTAR DE LER**

Descontos exclusivos nas lojas Continente! Clique aqui

Continente



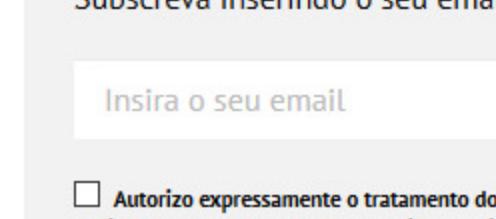
Clique e descubra os Descontos Exclusivos Continente!

Continente



APCC: Novos centros comerciais passam pelo fim de alguns

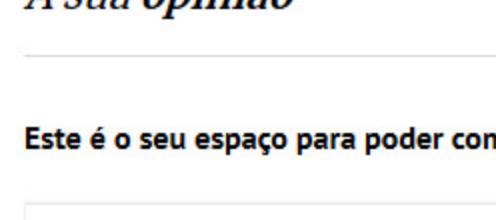
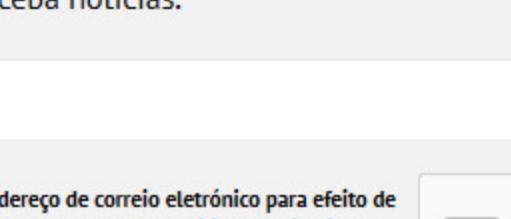
negócios

DIVIDENDOS EMPRESAS 2019

Calendário de dividendos de 2019



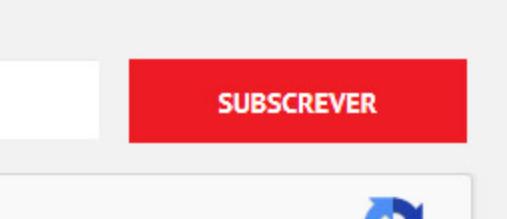
Príncipe Harry e Meghan Markle apresentam o filho

**DIVIDENDOS EMPRESAS 2019**

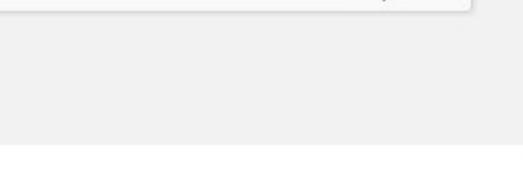
A excéntrica passadeira rosa da Met Gala 2019



Novo elétrico da Volkswagen atinge um terço das pré-encomendas num só dia

**Dividendos**

José Avillez troca Panca por Tasca no Porto



Informação de qualidade tem valor. Invista. 1º mês por 1€

EngageMe

O Negócios envia-lhe a Newsletter Primeira Página por email.

A capa do dia e conteúdos exclusivos dos assinantes Negócios Primeiro.

(Enviada de segunda a sexta)

Subscreva inserindo o seu email e receba notícias.

Insira o seu email

SUBSCREVER

Autorizo expressamente o tratamento do meu endereço de correio electrónico para efeito de envio de newsletters da Cofina Media, S.A.L.i e aceito expressamente a Política de Privacidade Cofina.

Autorizo expressamente o tratamento do meu endereço de correio electrónico para efeito de comunicações de marketing da Cofina Media, S.A.L.i e aceito expressamente a Política de Privacidade Cofina.

I'm not a robot

reCAPTCHA

Privacy Terms

A sua opinião

Este é o seu espaço para poder comentar o nosso artigo. A sua opinião conta e nós contamos com ela.

Insira o seu nome

Insira o seu email

Insira a sua localidade

Login

ANÔNIMO

Insira o seu comentário

Insira o seu nome

Insira o seu email

Insira a sua localidade

Insira